

mantidos ao custo histórico até o quarto ano de plantio. Após o quarto ano, os ativos biológicos são avaliados ao valor justo. Atualmente não há plantio com mais de quatro anos que possibilite a utilização do valor justo para os ativos biológicos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada do palmar pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada do palmar é de 30 anos. **(g) Imobilizado** - Compreende propriedades rurais, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, equipamentos de processamento de dados, imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores de imobilizado. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. O imobilizado em andamento e os adiantamentos a fornecedores são classificados nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídos e prontos para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. As propriedades rurais, compostas por terrenos, não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terras, imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores). As taxas correspondentes às vidas úteis dos ativos estão descritas na Nota 10. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **(h) Intangível** - Compreende os softwares utilizados nas operações da Companhia. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, mencionada na Nota 10. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas são considerados prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **(i) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment") - Ativos financeiros** - A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (iii) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos não financeiros de longa duração** - Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. As perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o maior valor provável de recuperação de um ativo de vida longa, calculado (a) pelo seu valor em uso (valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros), ou (b) valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda. **(j) Debêntures não conversíveis** - As debêntures não conversíveis foram inicialmente reconhecidas pelo valor justo, que corresponde ao valor original de emissão, descontados os custos da transação. Subsequentemente, as debêntures estão avaliadas pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **(k) Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **(l) Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **Impostos correntes e diferidos** - O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **Impostos diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não são reconhecidos durante o estágio pré-operacional da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim

de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **(n) Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **(o) Reconhecimento de receita - Venda de produtos agrícolas** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. **Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas na Nota 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incertezas nas estimativas no fim de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios. **4.1 Vida útil dos bens do imobilizado** - Conforme descrito na Nota 3, item (g), a Companhia revisa anualmente a vida útil dos bens do imobilizado, no fim de cada exercício. Essa avaliação leva em consideração aspectos específicos de cada ativo, bem como a expectativa da Companhia para a utilização dos mesmos em suas atividades. **4.2 Valor justo dos ativos biológicos** - Conforme descrito na Nota 3, item (f), a Companhia avalia os ativos biológicos ao custo durante os primeiros quatro anos de formação por entender que durante esse período não há diferenças representativas entre o valor justo menos as despesas de venda e o custo. Considerando que as plantações de palma de óleo da Companhia estão em desenvolvimento há menos de quatro anos, estão mensuradas ao custo.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	186	1.160
Aplicações financeiras	20.304	58.075
	<u>20.490</u>	<u>59.235</u>

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por cotas de fundo de investimento em renda fixa, baseada substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

#### 6. Contas a receber

	2012	2011
Contas a receber de clientes	5.818	546
	<u>5.818</u>	<u>546</u>

Os saldos de contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2012 são oriundos da venda de Cacho de Fruto Fresco (CFF) e Óleo de Palma em Bruto (CPO). O saldo não contém ativos *impaired*. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

#### 7. Estoques

	2012	2011
Almoxarifado	9.473	-
Produtos agrícolas	12.408	-
Ajuste ao valor justo	(5.021)	-
Estoque em poder de terceiros	7.050	2.850
	<u>23.910</u>	<u>2.850</u>

O estoque de produtos agrícolas são avaliados pelo valor justo com base no preço médio da tonelada de CFF adquirido no mercado local.

#### 8. Impostos e contribuições a recuperar

	2012	2011
PIS e COFINS a recuperar	8.587	-
Impostos retidos na fonte (IRRF)	3.572	2.282
Despesas antecipadas	359	-
	<u>12.519</u>	<u>2.282</u>

Em 2012, a Companhia apurou créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre o ativo imobilizado e demais custos do processo produtivo. **9. Ativos biológicos** - Os ativos biológicos da Companhia, compreendem o plantio de palma de óleo para abastecimento de matéria-prima utilizada no processo de produção de óleo de palma. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 50.685 hectares plantados (41.314 em 2011) (Não auditado). O saldo de ativos biológicos é composto pelo custo de formação e são detalhados de acordo com seu estágio de transformação, como segue:

	2012	2011
Pré-viveiro (até 3 meses)	-	23.214
Viveiro (4 a 12 meses)	34.955	62.486
Plantio (acima de 12 meses e menos de 4 anos)	467.039	272.482
	<u>501.994</u>	<u>358.182</u>

As movimentações dos exercícios são demonstradas abaixo:

	2012	2011
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>		105.845
Adições por tratos culturais e plantio no período		159.687
Incorporação de ativo biológico do consórcio		81.867
Depreciação de ativo incorporado ao custo do ativo biológico		10.783
<b>Saldo em 31 dezembro de 2011</b>		358.182
Adições por tratos culturais e plantio no período		139.952
Depreciação de ativo incorporado ao custo do ativo biológico		9.944
Depreciação (em produção)		(6.085)
<b>Saldo em 31 dezembro de 2012</b>		<u>501.994</u>

#### 10. Imobilizado e intangível

	Taxa anual de depreciação / amortização - %	2012		2011	
		Custo	Depreciação acumulada	Custo residual	Custo residual
<b>Imobilizado</b>					
Propriedades rurais		170.914	-	170.914	170.910
Instalações	4	28.454	(3.200)	245.254	24.787
Máquinas e equipamentos	20	85.957	(20.925)	65.032	46.011
Móveis e utensílios	10	4.128	(690)	3.438	2.466
Veículos	20	13.232	(7.391)	5.841	8.848
Equipamentos de informática	20	6.248	(2.201)	4.047	2.336
Imobilizado em andamento		106.403	-	106.403	66.908
Adiantamentos a fornecedores		43.107	-	43.107	18.175
		<u>458.443</u>	<u>(34.407)</u>	<u>424.036</u>	<u>340.441</u>
<b>Intangível</b>					
Software	20	1.073	(374)	699	696